

DOSSIÊ

Gênero, revolução e luta por direitos políticos das mulheres na produção historiográfica mexicana

Gender, Revolution and the Struggle for Women's Political Rights in Mexican Historiographic Production (1975-2010)

Romilda Costa Motta^{1,2,*}

¹Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil.

²Secretaria Municipal de Educação de Hortolândia. Hortolândia, SP, Brasil.

RESUMO: Este artigo analisa a produção historiográfica sobre História das Mulheres e Gênero, no México, a partir da análise e discussão das publicações de quatro historiadoras mexicanas. São elas: Carmen Ramos Escandón (1944-), Ana Lau Jaiven (1948-), Julia Tuñón Pablos (1948-) e Gabriela Cano (1960-). Essas pesquisadoras são aqui interpretadas como representativas de um quadro maior de historiadoras(es) naquele país. A escolha pelos nomes justifica-se por possuírem em comum uma longa e destacada trajetória de estudos, atuação acadêmica e profissional em centros de referência, terem participado da fundação de cátedras, formulações de metodologias, discussões de fontes e formado novas (os) pesquisadoras(es) nos estudos sobre mulheres e gênero no México. O recorte temporal estabelecido está circunscrito a 1975-2010, período com o qual coincidem grande parte das produções das historiadoras selecionadas. A pesquisa explorou procedimentos teóricos e metodológicos que envolvem a análise da historiografia e dos estudos sobre mulheres e gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia; História das Mulheres; Gênero; Historiadoras mexicanas.

*E-mail: romildamotta@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3892-9531>

Pesquisa desenvolvida ao longo do estágio pós-doutoral, realizado pelo Programa de Pós-graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL)/ Unila (Universidade Federal da Integração Latino-americana), sob supervisão da Prof.^a Dr^a Tereza Maria Spyer Dulci

ABSTRACT: *This paper analyzes of the historiography on Gender and Women's History through an analysis of publications by four prominent female Mexican historians: Carmen Ramos Escandón (1944-), Ana Lau Jaiven (1948-), Julia Tuñón Pablos (1948-) and Gabriela Cano (1960-). These scholars are regarded as representative of a broader community of historians in Mexico. They were chosen for their distinguished, long-standing academic careers and influential roles in research institutes. They have made significant contributions to establishing academic chairs, developing new methodologies in historical research, advancing approaches to historical sources, and mentoring a new generation of scholars in Gender and Women's History. The timeframe of this analysis spans from 1975 to 2010, a period marked by the most prolific publishing activities of these scholars. This research adopts a theoretical and methodological framework that includes historiographical analysis and considerations in Gender and Women's History.*

KEYWORDS: *Historiography, Women's History, Gender, Female Mexican historians.*

O protagonismo de mulheres na história nacional do México é algo inquestionável, tanto a partir de atuações individuais quanto coletivas. A despeito da efetiva participação, durante muito tempo predominou a invisibilidade da experiência do sujeito mulher na historiografia, assim como de outros grupos subalternizados. Em parte, o ostracismo e o “silêncio profundo” (Perrot, 2017, p. 17) foram propiciados pela predominância da perspectiva positivista em relação às fontes e sujeitos, que via como dignos de análise os “documentos de gabinete”, então constituídos, preservados, interpretados por homens e caracterizados por temáticas relacionadas às guerras, à diplomacia e à política convencional, estruturas de poder que durante muito tempo não foram ocupadas pelo sexo feminino.

Inconformadas com essa realidade e conscientes da necessidade da constituição do campo de estudos História das Mulheres, de modo semelhante ao qual ocorreu em outros países, no México, historiadoras de instituição de relevo passaram a buscar fontes alternativas, revisitar documentos, interrogando-os, reinterpretando-os, em muitos casos, sob perspectivas feministas, e propondo reflexões profissionais. Operou-se, desde então, o resgate de informações sobre as múltiplas modalidades de participação de mulheres mexicanas nos processos e períodos históricos de longo alcance, reavaliando a importância e a motivação de suas condutas.

Neste artigo realizamos uma análise da produção historiográfica de História das Mulheres e Relações de Gênero, no México, entre 1975 e 2010. O estudo contemplou a produção científica de quatro historiadoras mexicanas, às quais foram interpretadas como representativas de um quadro maior de investigadoras(es). São elas: Ana Lau Jaiven, Carmen Ramos Escandón, Gabriela Cano e Julia Tuñón Pablos.

Questões consideradas relevantes foram levantadas: quais temas predominaram em cada década/período? Em que nível as novas abordagens teóricas e metodológicas foram apropriadas e aparecem nos textos? De que forma as relações de poder entre os gêneros foram analisadas e discutidas nas produções historiográficas? Como o conceito “Gênero” impactou a produção historiográfica mexicana? Quais acontecimentos e lutas políticas tiveram maiores atenções nessas investigações?

O arcabouço documental definido exige domínio de procedimentos específicos. Em sua definição básica, historiografia é o conjunto de escritos sobre determinado tema ou período, sob o ponto de vista histórico. O historiador Luiz Henrique Torres afirma que “A historiografia faz parte de um processo epistemológico e espelha a produção intelectual de um certo momento do passado. Ela é um fragmento para compreendermos – numa preocupação de totalidade – esse passado” (Torres, 2007, p. 56). Em consonância a essa visão, o historiador Valdeci Lopes Araújo sublinha que realizar o estudo de produções historiográficas requer julgar cada época a partir de seus próprios valores, verificar os lugares, as instituições, as determinações extra científicas que definiriam as condições de produção do discurso da história (Araújo, 2006, p. 80).

Compreender como foi constituída a produção historiográfica sobre História das Mulheres e Gênero demanda tomar dimensão de que a construção do campo de estudos História das Mulheres se deu a partir de múltiplos fatores – científicos, sociológicos e políticos–, os quais precisam ser considerados de forma imbricada.

Em termos teóricos, as contribuições de Simone de Beauvoir são inequívocas. Sua obra, *O Segundo Sexo* (1949), produziu algo embrionário daquilo que seriam as primeiras elaborações do conceito de gênero. Ao escrever que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, a filósofa feminista colocou ênfase na cultura, apontando para a necessidade de reflexões acerca do quanto a biologia permanecia sendo elemento definidor para estabilizar e cristalizar o “eterno feminino”, que teve como consequências a segregação educativa feminina, a diferenciação de direitos e deveres entre os gêneros e ainda a ótica que considera a família e a casa como únicas possibilidades de “governo” correspondentes às mulheres.

Entender como a diferença sexual afetou a política e a escrita da História como ciência foi importante, mas não suficiente. O processo de mudanças indicou o aprofundamento de pensar “mulheres” como sujeitos múltiplos. Como as demais, uma categoria política marcada por heterogeneidades de toda ordem: econômicas, étnicas, etárias, sexuais, político-ideológicas e culturais.

Gênero, conceito que antes dos anos 1980 já vinha sendo debatido pelos movimentos feministas por meio de críticas ao patriarcado, foi um deles. Reformulado e mais bem elaborado posteriormente à ideia inicial de Beauvoir, enriqueceu as análises. Como categoria analítica visava responder à pergunta sobre “como cada sociedade e cada cultura constrói, a partir de [...] diferenças corporais e [...] jogos de probabilidades um ordenamento social (instituições, normas, valores, representações coletivas, práticas sociais), a partir do qual os indivíduos encontram e reelaboram suas vidas concretas” (Farge; Zemon, 1994, p. 12). A historiadora Joan W. Scott foi quem logrou melhor sistematizá-lo, colocando-o no debate científico. Ao sinalizar o fato de que gênero é uma relação primária de poder, abriram-se possibilidades para o exame das relações históricas entre os sexos e maior dimensão acerca das formas como os aparatos de poder são constituídos e como as diferenças sexuais são percebidas nas distintas sociedades, contextos e tempos históricos (Scott, 1995). Desde sua formulação, o conceito vem passando por ampliações e reformulações, especialmente na direção de assinalar o caráter de processo das relações entre os gêneros, transmitindo a noção de movimento e mudança nas relações gendrificadas (Butler, 1990).

Esse artigo está dividido em três partes: Iniciamos com uma breve explanação dos percursos acadêmico e profissional das quatro historiadoras mexicanas, explicitando os critérios que sustentaram nossa escolha. Em seguida, apresentamos e analisamos as principais temáticas, correntes teóricas, perspectivas metodológicas que marcaram a historiografia no México a partir das produções das pesquisadoras em questão e, finalmente, apresentamos um panorama das principais produções que trataram sobre a Revolução, avaliando de que forma as análises trataram aquele acontecimento político sob a perspectiva dos impactos sobre a vida das mulheres.

Quatro historiadoras mexicanas na produção historiográfica de História das Mulheres e Relações de Gênero no México

Cumpre-nos salientar que antes das quatro historiadoras selecionadas, outras (os) escreveram sobre mulheres no México. Entretanto, em alguns casos, não se tratou de uma produção contínua. Noutros, as pesquisas incluíam mulheres, mas a ênfase ou perspectivas teóricas não se propunham a discutir desigualdades explicadas a partir das diferenças entre os sexos e, evidentemente, pelo momento histórico nos quais os estudos foram realizados, não incluíam gênero como categoria analítica.¹

Há, entre as historiadoras, contribuições comuns que as conectam, assim como marcas diferenciais e parciais, dando dimensão de temáticas, características e vertentes existentes no México.

Carmen Ramos Escandón (1944-) é a historiadora com o percurso de vida e profissional mais longo. Graduada em História pela UNAM (Universidade Nacional Autônoma do México), realizou dois mestrados pela Universidade de Austin, no Texas (Estudos Latino-americanos [1972] e Literatura Latino-americana [1991]). O doutorado foi realizado pela Universidade do Estado de Nova Iorque [1981], na área de América Latina. Possui uma trajetória profissional com passagens pela UNAM, El Colégio, UAM (Universidade Autônoma Metropolitana-Iztalapa) e Universidade de Veracruz. Foi professora visitante e/ou adjunta em países como Porto Rico, Colômbia e em universidades dos Estados Unidos.

Ana Lau Jaiven (1948-) graduou-se na UNAM e realizou a pós-graduação na Universidade Ibero-americana. É professora nos cursos de Especialização e mestrado nos Estudos da Mulher e do doutorado em Ciências Sociais na Unidade de Xochimilco, da UAM (Universidade Autônoma do México). Seu interesse pelos movimentos políticos de mulheres veio desde a graduação, quando começou a estudar a história do Feminismo no México, reconstruindo-o a partir da história oral.

A terceira pesquisadora é Julia Tuñón Pablos (1948-). Sua formação na área de História também se deu na UNAM. Ali realizou a licenciatura [1969]; o mestrado [1977], com o trabalho *Historia de un sueño: el Hollywood tapatío*. O cinema continuou sendo fonte de análise no doutorado [1987], com a tese *Mujeres de luz y sombra en el cine mexicano. La construcción de una imagen (1939-1952)*, que se tornou referência para os estudos sobre representações das mulheres nos filmes mexicanos.

Ruth Gabriela Cano Ortega – Gabriela Cano (1960-) –, a quarta e última historiadora escolhida realizou a graduação (1984), o mestrado (1986) e o doutorado (1996) na UNAM, instituição na qual atuou até 2002. Cano iniciou seu percurso intelectual investigando mulheres na (ou na ausência de) educação nos séculos XIX e XX. Seus estudos considerando mulheres como sujeitos na Revolução e no período pós-armado marcaram a produção historiográfica no México.

Todas possuem larga e longa produção na área. Atuaram e/ou atuam em centros de ensino e investigação que são referências nos estudos de gênero: UAM (Universidade Autônoma Metropolitana – Xochimilco); INAH (Instituto Nacional de Antropologia e História), El Colegio de México e UNAM. Algumas transitaram por universidades estrangeiras ministrando cursos que colocavam ênfase na História das Mulheres na América Latina. Permanecem produtivas intelectualmente no momento que a pesquisa se desenrolou, ainda que em ritmos diferenciados. Nem todas – caso de Carmen Ramos Escandón e Julia Tuñón Pablos – tomaram a categoria “Mulheres” como tema inicial gerador de suas investigações.

Os percursos profissionais das historiadoras também coincidem no fato de terem participado na construção do campo de estudos História das Mulheres e Relações de Gênero no México. Ramos Escandón foi uma das primeiras historiadoras mexicanas a incumbir-se de sistematizar os estudos relacionados à historiografia da História das mulheres, discutindo fontes e métodos. Na UNAM, no ano de 1986, abriu caminhos ao oferecer o curso “Historia Social de la Mujer en México”. Ultrapassou fronteiras nacionais, ministrando cursos nos Estados Unidos sobre história das mulheres no México e na América Latina (XIX e XX). Também na UNAM, no início dos anos 2000, deu outro passo importante, fundando a cátedra “Metodología de Género e Historia das Mulheres no México” (2000-2008).

O itinerário intelectual de Ana Lau Jaiven possui uma especificidade em relação às demais pesquisadoras guardando, contudo, proximidades com o percurso de outras (os) estudiosas (os) que iniciaram a atuação nos anos 1970, período significativo no que concerne às lutas das mulheres pela via dos movimentos sociais e/ou políticos. Jaiven pertence a um grupo de acadêmicas que chegaram às universidades trazendo experiências de militância nos movimentos sociais/políticos surgidos no fim dos anos 1960. Participou dos primeiros grupos feministas da “segunda onda”, no México.

Com aproximações nas estratégias aplicadas pelo grupo da UNAM, liderado por Ramos Escandón, no ano de 1981, na UAM-Xochimilco, juntamente com outras acadêmicas feministas, ajudou a propor a abertura de um espaço autônomo de investigação que tivesse reconhecimento dentro dos currículos, na Universidade, culminando no campo de estudos da mulher e de gênero. No ano de 1984, foi criada a área de investigação “Mulher, Identidade e Poder”. Em 1987 o grupo de acadêmicas propôs a elaboração de um programa de pós-graduação, concretizado em 1989, sob o título de Especialização em Estudos da Mulher. Ainda na UAM, entre 2011 e 2013, foi coordenadora da especialização e do mestrado em História da Mulher.

Gabriela Cano também se destaca nesse âmbito. Juntamente com outras 36 acadêmicas – grande parte das Ciências Sociais – participou da fundação do antigo PUEG (Programa Universitário de Estudos de Gênero), atual CIEG (Centro de Investigações de Estudos e Gênero), da UNAM, em 1990. Atualmente faz parte da equipe de sete professoras que compõem o CEG (Centro de Estudos de Gênero), antigo PIEM (Programa Interdisciplinar de Estudos da Mulher), criado em 1983, no COLMEX (El Colegio de México), uma das primeiras instituições acadêmicas na América Latina que abriu espaço para os Estudos de Gênero. Em 1993, Cano representou o México na clássica coleção *Historia de las mujeres en el Occidente: El siglo XX* (1993), a partir da seção “Una mirada española”. Juntamente com Guadalupe Gómez-Ferrer, Dora Barrancos e Asunción Lavrin participou como coordenadora de outra coleção relevante nesse campo de estudos: *Mujeres Historia de las Mujeres en España y América Latina: del siglo XX a los umbrales del XXI* (2006).

Entre os elementos partilhados, resta sublinhar que as historiadoras citadas reuniram esforços em parcerias que resultaram em obras relevantes sobre História das Mulheres e Gênero, no México.

Textos, temáticas, correntes teóricas, perspectivas metodológicas na historiografia mexicana entre os anos 1975 e 2010

No México, a segunda metade dos anos 1970 representou uma fase embrionária, mas ao mesmo tempo de grande significado para a constituição do campo de estudos História das Mulheres e Relações de Gênero, no México. A análise aqui realizada não ignora elementos de ordem histórica do tempo em que as produções ganharam maior dimensão. Inicialmente, a força dos movimentos políticos de mulheres nos anos 1970 repercutiu em terras mexicanas e, claro, nos estudos acadêmicos. Como ressalta Ana Lau Jaiven, a revitalização e a visibilidade das conquistas pelas lutas feministas, nos anos 1960 e 1970, reverberaram nos estudos e discurso historiográficos, adquirindo “carta de naturalização” (Jaiven, 1998, p. 168).

O mapeamento das produções historiográficas das pesquisadoras – livros, artigos acadêmicos e textos em revistas feministas – expressa a relevância intelectual de cada uma para a constituição do campo de estudos. Os limites impostos pela extensão de um artigo dificultam que façamos referência a todos. Portanto, será feita menção direta a alguns e outros terão citada apenas a data de publicação. Outro desafio é discriminar quais foram as principais temáticas, correntes teóricas em cada período, já que elas não se limitam, de forma rígida, a balizas históricas. Sendo assim, alertamos que salientaremos o que predominou, deixando explícita a noção clara da existência de porosidade entre as fronteiras temporais.

A partir da segunda metade dos anos 1970 e ao longo do decênio de 1980, fica evidenciado o impacto das contribuições de nomes de duas grandes correntes históricas: os marxistas humanistas ingleses – Edward P. Thompson, com a categoria de experiência para a análise histórica, Eric J. Hobsbawm e/ou Raymond Williams – e nomes ligados à Escola dos *Annales*. Nas palavras de Ana Lau Jaiven, esses estudiosos, “proveram material inestimável para o desenvolvimento da historiografia das e sobre mulheres” (Jaiven, 1998, p. 160).

Quanto às temáticas, fica evidente que a confluência entre lutas dos movimentos políticos de mulheres e renovação historiográfica em curso trouxe resultados profícuos. O mundo do trabalho e das mulheres foi um dos temas que floresceu nas produções do fim dos anos 1970.

Os espaços chamados por Braudel de “estruturas da vida material” assumiram interesses de pesquisas na fase inicial das produções. O texto que marcou a inserção de Carmem Ramos Escandon na produção de textos sobre mulheres foi publicado na revista feminista mexicana *FEM*.² Sob o título “Peones, bueyes, sacos de maíz, pero no mujeres” (1979), a historiadora mencionou o mundo do trabalho e o cotidiano dos trabalhadores como estratégia para chamar a atenção para a invisibilidade e/ou o apagamento feminino na historiografia econômica mexicana. Realçou a ausência das mulheres nos documentos dos arquivos, apontando para o fato de que os registros dos espaços das *haciendas* tratavam de peões e mercadorias, mas ignoravam o sujeito “mulher” como parte daqueles universos produtivos.

A partir do argumento supracitado, Ramos Escandon passou a dar a direção dos desafios e tarefas entendidos como necessários para a constituição do campo de estudos sobre História das Mulheres. Indicou a necessidade de resgatar a história de mulheres em diferentes temporalidades históricas, a partir do escrutínio de novas fontes e interpretações sobre antigos documentos, estudando mulheres de diferentes segmentos sociais, a distribuição de seu tempo e formas de ocupações e associações. Sublinhou o dever de “estudar e entender as mulheres no contexto de suas ações, de seu caráter de indivíduos e de membro de um conjunto familiar, social, nacional, religioso: representantes, em suma, de seu tempo e condição”. Dentro das perspectivas do tempo histórico e das correntes teóricas e políticas circulantes, alertou que o momento era propício para estudar “grupos, comunidades, classes” e não mais indivíduos “excepcionais”. Também ressaltou a relevância do estudo da agência de “mulheres simples em situações comuns e correntes, que exemplificam e explicam todo o comportamento social, toda uma concepção política, uma ideologia, não uma mera história singular e pessoal” (Ramos Escandón, 1979, p. 16-17).

No caso de Gabriela Cano, o mundo do trabalho e das mulheres tornou-se assunto de interesse ainda na graduação, quando estudou uma greve de mulheres do Magistério. Sob o título *La huelga magisterial de 1919. Del mayo rojo a la concepción apostólica del magisterio* (Cano, 1984), analisou as diferentes concepções políticas e ideológicas entre as profissionais do magistério, considerando um curto período de tempo. Em foco, as perspectivas socialistas na educação postas em prática no estado de Yucatán durante o governo de Salvador Alvarado (1915-1918), sob liderança de figuras como a professora Elena Torres (1893-1970), e a “concepção apostólica do magistério”, propugnada pelo Ministro da Educação do governo de Álvaro Obregón (1920-1924), José Vasconcelos (1920-1923).

Ana Lau Jaiven também se deteve a escrever sobre o mundo do trabalho, publicando na Revista *FEM* o artigo “1909, La Huelga de las Mujeres”, que tratava da participação delas em uma grande greve, ocorrida às portas da Revolução (Jaiven, 1986).

No fim dos anos 1980, Ramos Escandon voltou ao tema. Queremos nos deter um pouco mais sobre essa produção, já que ela traz elementos que envolvem, além do recorte das mulheres trabalhadoras, o tema dos “padrões de feminilidade”. Sobre este tema, citamos o artigo “Señoritas Porfirianas: mujer e ideología en el México progresista. 1880-1910”, publicado em *Presencia y Transparencia* (1987), obra organizada por essa historiadora e que assumiu muita relevância na historiografia mexicana. No estudo dos códigos de conduta feminina estabelecidos, deteve-se no grupo das “senhoritas trabalhadoras” – telegrafistas, taquígrafas, vendedoras ambulantes, empregadas domésticas e do comércio, artesãs, operárias, professoras. Suas conclusões apontaram que àquelas eram destinadas duas místicas: a feminina e a do trabalho. O discurso às mulheres trabalhadoras daquele México que se industrializava e se “modernizava” era de que a pobreza seria um “mal necessário” que poderia ser superado mediante a honradez e o trabalho. Fidelidade, abnegação e obediência ao marido eram apresentadas como esperados pelas burguesas e trabalhadoras, mas a historiadora ressaltava que a mensagem era

mais complexa, e as contradições, menos evidentes, pois estas últimas deveriam adicionar à sua submissão pessoal, a submissão social. Outra maneira de entender o trabalho feminino era vê-lo como um instrumento para obter melhorias das condições de vida e também melhor casamento, já que o ofício e os rendimentos aumentariam seu valor no mercado matrimonial. Casadas, não deveriam deixar de expressar dependência e submissão aos maridos, deixando claro que o trabalho não deveria lhes tirar os valores tradicionais “femininos” (Ramos Escandon, 1987, p. 145-162).

Julia Tuñón Pablos também explorou o assunto. Impulsionada pela renovação historiográfica, conciliou a força da temática da política operária com o uso do cinema como fonte, analisando imagens da mulher trabalhadora nas telas (Tuñón Pablos, 1987).

No que tange às contribuições teóricas e metodológicas das correntes historiográficas sobre os estudos sobre mulheres, no México, é visível o impacto produzido por nomes ligados à Escola dos *Annales* em muitas das produções publicadas a partir dos anos 1970 e, de modo ainda mais abrangente, nos anos 1980 e 1990. Especialmente, a partir da História das Mentalidades. Ao colocar em relevo as representações simbólicas e ideológicas, o interior da casa, a vida privada, social, o “aparentemente trivial”, foi possível incluir mulheres como sujeitos e objeto de estudos, bem como analisar as experiências à luz das hierarquias patriarcais (Jaiven, 2017).

A ampliação da concepção de fontes e sujeitos, a renovação de temáticas e referenciais teóricos e metodológicos, o estímulo a novos olhares na interpretação de documentos foram fundamentais na tarefa assumida por essas e outras historiadoras. Ao longo da década de 1980, nomes das terceira e quarta “gerações” de *Annales* – mais especificamente Michelle Perrot, Jacques Le Goff (1996), Georges Duby, Michel Vovelle, entre outros – foram os (as) que mais embasaram as análises das historiadoras (Ramos Escandón, 1986; Cano, 1989, 1993; Tuñón Pablos, 1998).

O recurso da escrita de biografias históricas ou recortes biográficos não passou ao largo da produção historiográfica referente às décadas de 1980 e 1990 das pesquisadoras em questão. A prática se coaduna com estratégias aplicadas por historiadoras de outros espaços geográficos e acadêmicos que usaram a escrita de trajetórias de personagens do sexo feminino para retirá-las da invisibilidade nos acontecimentos públicos e políticos, incorporando-as às narrativas históricas como sujeitos políticos na História. Os resultados evidenciaram intercessões entre os processos social e de vida individual, bem como as conexões entre público e privado. As produções em torno de histórias de vidas apropriaram-se das problematizações e contribuições teórico-metodológicas partilhadas por nomes das gerações de *Annales* como de teóricos da História das Mentalidades e da Micro-história, que tiveram em Phillipe Ariès, Natalie Zamon Davis (1992), Carlo Ginzburg (1986), Pierre Bourdieu (1986) e Geovanni Levi (1989), pesquisadores (as) que trouxeram perspectivas mais críticas acerca da escrita (auto)biográfica.

Não é excessivo lembrar que, nas perspectivas das biografias nos moldes tradicionais, quando mulheres eram contempladas, frequentemente vinham descritas em tom laudatório, rotuladas como “mulheres célebres” e representadas como “excepcionais”, quase sempre oscilando entre os papéis de “vítimas” e/ou “heroínas”. Grande parte das construções biográficas produzidas a partir da segunda metade dos anos 1980 – e é o caso das analisadas – se distanciam do antigo modelo, já que são ressaltadas, também, as contradições, próprias do humano. Comumente são mulheres de diferentes segmentos sociais, atuantes no espaço público e com diferentes formas de participações nos acontecimentos da História do México. Grande parte delas, fizeram história durante os anos armados da Revolução e ao longo do período pós-revolucionário, em diversas funções.

Conciliando as categorias gênero (Scott, 1987) e experiência (Thompson, 1981) como instrumentos teóricos e em conjunto aos procedimentos metodológicos da História Oral, Gabriela Cano inaugurou trabalhos com recortes biográficos realizando entrevistas a três professoras de um mesmo grupo social, de uma mesma geração e atuantes no mesmo período histórico – 1920-1940: Guadalupe Zúñiga (1898-1995), Alura Flores e Josefina Vicens (1911-1988).

Segundo a historiadora, mulheres comuns, mas que, “cada uma à sua maneira se desviou das normas vigentes” (Cano; Radkau, 1989). Nos anos seguintes, Cano privilegiou, majoritariamente, figuras femininas que tiveram participações no processo revolucionário. Deu visibilidade à trajetória de Elena Arizmendi (1884-1949) que, como enfermeira, fundou a Cruz Blanca Neutral, organismo de socorro médico humanitário, assistindo os soldados que enfrentaram as tropas de Porfírio Díaz, durante a Revolução. Também analisou os arquivos pessoais de Adelina Zendeja (1909-1993), escritora, jornalista e feminista sufragista, fundadora da Frente Único Pro Derechos de la Mujer (Cano, 1993), assim como as trajetórias de outras lutadoras sociais e feministas: Elvia Carrillo Puerto (1878-1968), Hermila Galindo (1886-1954), defensoras de questões como educação sexual nas escolas, voto para mulheres e divórcio.

Como as demais, Ramos Escandón (1989) privilegiou a agência de mulheres no espaço público. Escreveu sobre Concepción Lombardo (1835-1921), figura da elite, casada com Miguel Miramón, general do Partido Conservador, presidente do México por dois anos e fuzilado junto com o imperador francês Maximiliano. Também, Carmen Serdán (1875-1948), participante ativa na causa revolucionária de 1910. Em 1998, seus interesses voltaram-se para a escritora feminista Maria Ríos Cárdenas (1890-1950), fundadora e diretora da Revista *Mujer – Periódico Independiente para a “Elevação Moral e Intelectual da Mulher”* (1926-1929) e também de Concepción Gimeno de Flaquer (1850-1919), espanhola radicada no México, proprietária e editora do periódico ilustrado *El Álbum de la Mujer* (1883-1890), fonte recorrente em muitas análises sobre representações do feminino, no século XIX.

Ana Lau Jaiven centrou-se nas figuras da sufragista Margarita Robles de Mendoza (1896- 1954) e Juana Belén Gutierrez de Mendoza (1847-1952). Esta última, anarquista, sufragista que, em 1901, criou e dirigiu o jornal político *Vesper*, militou nas fileiras zapatistas, foi professora “missionária” e inspetora de escolas rurais, durante o projeto cultural de José Vasconcelos, ainda que sem renunciar à visão crítica sobre a educação indígena.

Dar visibilidade às atuações de mulheres nos acontecimentos públicos e o empenho na constituição do campo de estudos foram esforços e desafios que ocorreram concomitantemente. Desse período, encontramos publicações que visavam municiar teórica e metodologicamente às novas pesquisas que surgiam. Listamos, a seguir, alguns dos títulos. Carmen Ramos Escandon publicou: “Mujer e Historia en México” (1984), “Las mujeres latino-americanas: generación de datos y metodología para investigaciones futuras” (1986). No ano seguinte, Julia Tuñón Pablos produziu a obra *Mujeres en México. Una Historia esquecida* (1987), o artigo “La problemática para reconstruir la historia de la mujer en México (1989) e o capítulo “Las mujeres y su historia: balance, problemas y perspectivas”, em uma obra organizada por Elena Urrutia, *Estudios sobre las mujeres y las relaciones de género en México. Aporte desde diversas disciplinas* (1990).

No início dos anos 1990 Gabriela Cano escreveu “La historia de las mujeres: algunas preocupaciones metodológicas”, artigo publicado em *Problemas en torno a la historia de las mujeres*, obra organizada por Ramos Escandón, Cano e Tuñón Pablos (1991).

Entre o fim dos anos 1980 e a primeira metade da década de 1990, como ocorrido em outros espaços acadêmicos, o impacto do conceito de gênero tornou-se perceptível nas produções das historiadoras em questão. No limiar dos anos 1990, o artigo “Gênero, uma categoria útil para a análise histórica” (1985), da historiadora estadunidense Joan W. Scott, passou a circular, no México. Outro texto clássico, “A tecnologia do gênero”, publicado em 1987 pela historiadora Tereza de Lauretis, também se colocou como referencial teórico importante para as análises historiográficas, a partir da década de 1990. Assim, “gênero” foi incorporado aos arcabouços teóricos, generalizando-se – inclusive nos títulos dos trabalhos – no fim daquela década.

Carmen Ramos Escandón e Ana Lau Jaiven destacaram-se no intuito de municiar novos estudos com elementos teóricos para a incorporação de gênero como categoria de análise nos estudos sobre mulheres.

Traduziram textos teóricos e avaliaram desdobramentos e contribuições do conceito sobre o campo de estudos. Ramos Escandón se distingue ainda mais, com destaque para alguns artigos, como “El género en perspectiva: de la dominación universal a la representación múltiple” (Ramos Escandón, 1991) e “Género e Historia. La historiografía sobre la mujer” (1992), que é considerada uma obra relevante na historiografia para os futuros estudos de gênero. O título deixa antever que o início dos anos 1990 era um período no qual a ênfase nas abordagens ainda se mostrava oscilante. Embora “gênero” aparecesse em evidência, o subtítulo enfatizava “a mulher”. Coube-lhe compilar e providenciar a tradução para o espanhol, junto ao Instituto Mora, de textos entendidos como fundamentais para os estudos de gênero e história das mulheres.³

Em 1997, Ramos Escandón escreveu ainda um artigo com título semelhante ao de Scott: “El concepto de género y su utilidad para el análisis histórico” (1997), fazendo um retrospecto histórico dos caminhos trilhados para a construção do campo, as contribuições teóricas das diversas correntes e conceitos, com ênfase em gênero.

Por fim, outro artigo: “Historiografía, apuntes para un debate en femenino” (1999), no qual a historiadora destacou a transição que levou o campo de estudos “História das Mulheres” para “Relações de Gênero”. Ali, salientou contribuições da incorporação de conceitos e de nomes. Da historiografia inglesa, Sheila Rowbotham (1973), que insistiu na necessidade de resgatar os movimentos de mulheres do esquecimento historiográfico e Gerda Lerner (1975), referência na discussão sobre o patriarcado. Judith Butler, com o clássico *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity* (1990), traduzido para o espanhol sob o título *El género en disputa*, obteve destaque.

Comentando a relevância de Butler para os estudos de gênero, Gabriela Cano afirma que suas teorias subverteram concepções vigentes sobre gênero e corpo, ao referir-se ao corpo sexuado como uma construção cultural de discursos científicos. Suas teorias possibilitaram o questionamento da naturalização das categorias binárias homem e mulher, feminino e masculino e de homossexual e heterossexual, chamando a atenção para a “violência da heteronormatividade que, a partir da visão em torno das identidades fixas, exclui e penaliza outras identidades sexuais e de gênero” (Cano, 2015).⁴ As produções de Cano – assim como de Tunón Pablos (2006, 2009) – sobre sexualidades desviantes – travestismo e transexualidade – apropriam-se das contribuições de Butler (Cano, 2003, 2004; 2009).

A apreciação das referências bibliográficas que pautam as produções das quatro historiadoras, nos anos 1990, permite-nos concordar com aspectos salientados pelo pesquisador mexicano Carlos Aguirre Rojas (2007), ao analisar as grandes correntes historiográficas. O historiador sublinha que, mesmo que em níveis e ritmos diferentes, derivados dos tempos de tradução, publicação, reprocessamento e assimilação críticas das obras principais e enfoques historiográficos, elas se refletiram na historiografia latino-americana, que também viveu o “choque” dos desdobramentos da revolução cultural de 1968, símbolo do término de quase todo tipo de centralidade na sociedade, quando tudo ficou bem mais difuso. O “poliocentrismo” ficou evidente nas produções intelectuais. As correntes intelectuais francesas, que na década de 1950 ocuparam um lugar de centralidade na América Latina, perderam preponderância no decênio de 1990, fazendo-se notar variantes de correntes, sem que nenhuma mais fosse hegemônica (Rojas, 2007, p. 27).

As produções das pesquisadoras mexicanas referentes aos anos 1990 trazem a marca dessa diversidade e inovações de temas, aportes teóricos e metodológicos.

Julia Tuñón Pablos e Gabriela Cano destacam-se por terem conciliado alguns dos elementos e referências dessas mudanças. Incorporaram o conceito de gênero e aspectos metodológicos do uso de imagens como fontes, apontando complexidades nas representações dos padrões de feminilidade e de masculinidade.

Comentaremos a produção mais importante de Tuñón Pablos, o livro *Mujeres de luz y sombras en el cine mexicano: la construcción de una imagen. 1939-1952* (1998), que se tornou referência para estudos que usam linguagens fílmicas com fonte e objeto de estudo. Os resultados apontaram para a força dessa linguagem para a apresentação de condutas esperadas para as mulheres e a transmissão da moral dominante. Constatou, empiricamente, que o cinema não transmite uma única imagem, embora a construção elaborada nos filmes tenda a apagar diferenças de tempo, classes sociais, geracionais e étnicas. Persistentes foram os discursos que remetiam à uma concepção estereotipada dos gêneros, reforçando lugares estabelecidos para cada um, colocando homens e mulheres em lugares opostos (Tuñón Pablos, 1998, p. 287). Chamou-lhe a atenção o fato de que nos anos 1940, década marcada por mudanças efetivas para muitas mulheres, os filmes contrastaram com essa realidade. O discurso fílmico pareceu atuar como instrumento em favor dos esquemas tradicionais e conservadores do sistema de gênero, buscando devolver mulheres à ordem, ao âmbito do privado (Tuñón Pablos, 1998, p. 287). Nos anos 1950, alguns filmes ousaram um pouco mais. Apesar da manutenção de linhas de continuidades em relação à década anterior, houve mudanças no debate da sacralidade em torno da maternidade, por exemplo.

Por fim, chegamos às produções historiográficas da primeira década do século XXI. Nela, há a marca da incorporação massiva do conceito de gênero, que se tornou hegemônico (Tuñón Pablos, 2008; Ramos Escandón, 2005; 2008; Cano, 2004; Jaiven, 2009).

Quanto às temáticas, concluímos que, independentemente do tipo de fonte, perspectivas teóricas ou metodológicas, as relações entre “Mulheres” e Revolução Mexicana, que já ocupavam grande espaço nas produções historiográficas, tornaram-se a grande tônica da primeira década do século XXI.

Balances historiográficos

Entre as quatro selecionadas Ramos Escandón e Ana Lau Jaiven foram as que assumiram o desafio de realizar balances historiográficos com maior afinco. Em 1996, Carmen Ramos Escandón publicou: “Quinientos años de olvido: historiografía e historia de la mujer en Mexico”. A proposta privilegiava a longa duração e trouxe referências de textos e obras de e sobre mulheres que atuaram na vida política e social do México. No trato de cada período fez uso dos seguintes termos: “precursoras militantes” (1870-1920); “Burocratas de Partido” (1920-1960) e “Acadêmicas Feministas” (1960-1990).

Outra produção foi realizada por Ana Lau Jaiven. No artigo “La historia de las mujeres: una historia social o una historia de género” (1998), Jaiven concentrou-se na análise da transição ocorrida dentro do campo de estudos “história das mulheres” das perspectivas ligadas à História Social para Gênero. O texto foi escrito em um momento no qual ainda se discutiam as aplicações do conceito como categoria de análise nos estudos de História. Nesse artigo, fez provocações em defesa da permanência da nomenclatura e da relação do campo História das mulheres com História Social, em detrimento do termo “história de gênero”, em discussão à época. No balanço, que incluiu mexicanistas estadunidenses e germânicas, a historiadora realizou um mapeamento de trabalhos nos quais a problemática feminina foi analisada a partir da perspectiva de gênero, outros no marco da história social, e outros, a partir das relações sociais de gênero. Ao final, salientou a necessidade de metodologias, conceitos e periodizações alternativas, fora dos ciclos políticos, que incluíssem problemáticas como o trabalho doméstico, a sexualidade e a maternidade (1998, p. 167-169).

Em 2008, Ramos Escandón publicou outro artigo no qual realizou outro balanço historiográfico. A partir de uma edição comemorativa de *Presencia y transparencia: la mujer en la historia de México* (Ramos Escandón, 1987), a historiadora discutiu os impactos e significados da publicação que se tornou um marco na historiografia sobre mulheres no México. A obra recebeu o título *Persistencia y cambio*.

Acercamientos a la historia de las mujeres en México, e foi organizada por Lucía Melgar. Coube a Ramos Escandon fazer um balanço no qual discutiu os interesses temáticos e perspectivas teóricas dos estudos que vieram depois. Além de assuntos como ordenamentos legais, códigos de feminilidade, a demanda pelo voto, destacou que, antes de a violência se tornar investigação antropológica, preocupação de políticas oficiais, no México, ou de ser formulado o conceito de Feminicídio, a temática já aparecia como um problema relacionado às experiências de mulheres (Ramos Escandón, 2008, p. 31-56).

A Revolução sem revolução para as mulheres

A observação do quadro elaborado sobre as quatro historiadoras nos permite afirmar que um dos temas de maior interesse historiográfico foi a Revolução Mexicana. Parte considerável das análises interpretam a Revolução como o evento histórico-político que forjou o “México Moderno”. Noutras, termos como “mito” fundador do Estado Moderno e da identidade nacional também são frequentes. (Aguilar Camín; Meyer, 2000).

Desde os últimos anos do século XX, sobretudo a partir dos anos 2000, quando se adentrou à década dos eventos comemorativos do Centenário da Revolução, proliferaram estudos que discutiram, sob novas óticas, as distintas participações das mulheres na causa revolucionária. Intentava-se melhor compreensão acerca dos resultados daquele fato e processo histórico que despertou esperanças e utopias em diferentes sujeitos da sociedade mexicana. Buscaram responder em que nível a Revolução trouxe efetivas mudanças na vida das mulheres, quais os novos ordenamentos de poder relacionados aos gêneros e se as conquistas revolucionárias para mulheres poderiam ser vistas como “mito”? Entre as historiadoras selecionadas há uma produção significativa – com exceção de Tuñón Pablos –, que dá mostras dos interesses em torno da temática.

Podemos afirmar que grande parte dos recortes biográficos realizados nos anos 1980 e 1990 foram sobre mulheres que participaram de diferentes fases da Revolução: nas batalhas, na fase da Constituinte e nos governos pós-revolucionários.

Análises de produções historiográficas sobre o tema da Revolução também estão no leque dessas historiadoras. Dois desses textos são “Las mujeres en la Revolucion. Un punto de vista historiográfico” (Jaiven, 1995) e “Género y participación en la Revolución mexicana” (2010). Proposta semelhante realizou Gabriela Cano, a partir do artigo “Las mujeres como sujeto de la Revolución Mexicana. Una mirada historiográfica” (2000). No texto de Ana Lau Jaiven (1995) há uma divisão em três blocos das produções de e sobre mulheres na Revolução Mexicana. Primeiro, com referências a obras e textos que analisaram o papel das professoras e jornalistas no processo “pré” e no período revolucionário. No segundo bloco, trabalhos que discutiram o protagonismo das feministas sufragistas, consideradas uma força política e que foram atraídas pelas propostas revolucionárias. No último, abarcou o protagonismo de mulheres atuantes na década de 1950 até os anos 1990, quando a obra foi publicada, incluindo as acadêmicas que escreveram sobre o tema.

Além de pesquisas individuais, há parcerias intelectuais: *Mujeres y Revolucion* (1993), organizado por Ana Lau Jaiven e Carmen Ramos Escandón, com texto de Julia Tuñón. Também nos anos de 1990 Ramos Escandón publicou “La participación política de la mujer en México: del fusil al voto 1915-1955” (1994). A fase do “fuzil”, ou o cotidiano das trincheiras, foi objeto de investigação de Gabriela Cano, que estudou as *soldaderas* e coronelas do exército zapatista (Cano, 2010). A temática lhe confere originalidade, já que discutiu alguns dos novos ordenamentos de poder produzidos ao longo dos acontecimentos revolucionários. Também produziu estudos sobre o coronel Amélio Robles (1889-1984), um caso de transgeneridade, no qual a personagem experimentou transgressões das normas de gênero, vivenciando transformações de identidade social e subjetiva, a partir do processo de masculinização (Cano, 2004).

Passados os “anos armados” fortaleceram-se as lutas para a inclusão das mulheres como cidadãs, no texto constitucional: educação, relações familiares, divórcio, trabalho. A demanda pelos direitos políticos foi um dos temas mais abordados. Nas pesquisas, houve especial interesse em obter maior compreensão acerca dos empecilhos que corroboraram para que, a despeito do fato da reivindicação como debate político público tivesse tido forças desde os espaços do Movimento Constitucionalista de 1917, o voto feminino tenha se efetivado apenas em 1953.⁵

Os interesses historiográficos voltaram-se para os textos dos dois congressos feministas, ocorridos em Mérida, no estado de Yucatán (1916). Entre as quatro em questão, as relações políticas e acadêmicas de Ana Lau Jaiven com o(s) Feminismo(s) levaram-na, ainda nos anos 1980 (Jaiven, 1983; 2008), à essa documentação. A leitura dos estatutos e trabalhos produzidos nos dois eventos permitiu às historiadoras terem maior dimensão das tensões e dissensos dentro das facções de mulheres, assim como examinar as expectativas do grau de participação delas na nova sociedade que se pretendia estabelecer.

Nas análises, Jaiven e Ramos Escandón assumiram alguns distanciamentos. A primeira pronunciou-se de forma mais crítica ao “Feminismo de Estado”, termo cunhado para discutir relações das feministas da primeira metade do século XX, que legitimaram suas participações a partir da mediação de um aparato político estável, sólido e poderoso. Nas perspectivas de Jaiven, uma das consequências foi que poucas mulheres conseguiram penetrar na elite política mexicana e que grande parte das reivindicações feministas não foram incluídas. Ramos Escandón, por sua vez, não ignorou este fato, mas se distanciou do parecer de Jaiven, argumentando que “a luta política daqueles anos constitui uma herança importante para o feminismo mexicano atual”, pois além da obtenção do voto, muitas políticas estatais de assistência social foram elaboradas (Ramos Escandón, 1994).

Uma das vertentes dos estudos de Gabriela Cano está na análise das demandas das feministas das primeiras décadas do século XX, especialmente a luta por educação e pelo voto. A partir do confronto dos discursos ocorridos entre defensoras, aliadas (os) e contrárias (os) aos direitos políticos para mulheres, Cano afirma que as discrepâncias de posicionamentos não admitem uma divisão simples, pois não se definiram pelo sexo dos interlocutores participantes, mas se “constituíram e se modificaram de acordo com sua visão das circunstâncias políticas do país e de suas noções sobre o gênero” (Cano, 2007). Havia divergências mesmo entre sufragistas. Sua conclusão é que foi uma discussão sobre o gênero, acerca do lugar das mulheres na nação mexicana moderna.

Ainda segundo Cano, duas posições se tensionaram. O discurso “igualitarista”, assumido por facções de mulheres e homens, e vocalizado pelo presidente Lázaro Cárdenas (1934-1940), defendia que o acesso ao voto às mulheres tratava-se de um aprofundamento do programa democrático da Revolução mexicana. Homens e mulheres vistos como sujeitos (as) possuidores (as) dos mesmos direitos. E o discurso “diferenciador”, que terminou se impondo, refletido nas posições de Miguel Alemán (1946-1952) e Adolfo Ruiz Cortines (1952-1958) (Cano, 2007). Naquela visão, enfatizavam a maternidade como eixo da identidade política mexicana. Acessariam, não por serem cidadãs iguais aos homens e, sim, porque como esposas e mães de família produziriam um efeito moralizador na política (Cano, 1991, p. 196).

A despeito de terem abraçado a causa revolucionária e terem participado em todo o processo, reivindicando que suas demandas fossem incorporadas na Constituição de 1917, as mulheres foram excluídas do voto e de oportunidades de participações nos quadros políticos. Evidentemente que os alcances dos pleitos das mulheres mexicanas no processo revolucionário não podem ser entendidos como uma “Revolução”. Contudo, infelizmente isso não é uma realidade que possa ser interpretada como específico às mexicanas ou às latino-americanas. Acertado dizer é que muitas foram incansáveis partícipes na construção da Democracia.

Considerações finais

O estudo realizado nos autoriza a afirmar que a produção historiográfica relativa à História das Mulheres e Relações de Gênero (1975 e 2010), no México, é vasta e marcada pela diversidade de nomes, temáticas e aportes teóricos e metodológicos.

É respeitável o trabalho intelectual realizado por Carmen Ramos Escandón, Ana Lau Jaiven, Julia Tuñón Pablos e Gabriela Cano. Suas publicações são referências na historiografia mexicana e têm contribuído para ampliar a compreensão histórica das hierarquias pautadas em gênero, assim como sobre os processos de resistências e lutas de mulheres para enfrentar tal realidade. Cada qual, com estratégias, interesses e fontes específicas, contribuiu para a constituição do campo de estudos e continua atuando para fortalecê-lo e renová-lo através da formação das novas gerações de historiadoras (es) que tem se incumbido de levar à frente os desafios empreendidos por essas e por estudiosas (os) que as antecederam.

Sob alguns aspectos, especialmente a partir das parcerias intelectuais e acadêmicas firmadas, são referência para outros espaços latino-americanos.

Como salientamos, é inequívoco que as relações entre mulheres e Revolução Mexicana foram um ponto irradiador em parte considerável das produções dentro do recorte cronológico e dos nomes estabelecidos. A Revolução e todo o processo revolucionário, disparado a partir de 1910, são temas recorrentes na historiografia que se incumbe da história política do México. Desperta interesses de pesquisa não somente dentro daquele país, como também entre mexicanistas nos Estados Unidos e em diversos países da América Latina, inclusive no Brasil.

É compreensível e necessário que a historiografia mexicana lance questões ao passado, interrogando sobre os avanços conquistados pelas mulheres, a partir daquele evento que tantas expectativas de mudanças despertou em múltiplos sujeitos. Igualmente necessário é avaliar e discutir quais pleitos ficaram somente no plano das promessas, frutos das resistências produzidas pelas lógicas patriarcais. Contudo – e aqui deixamos uma provocação intelectual –, interrogamo-nos em que medida essa instigante temática da história mexicana não abarcou por demais os interesses, limitando possibilidades de pesquisas comparadas, conectadas, que incluíssem as experiências dos sujeitos mulheres, no México, em perspectivas com outros espaços das Américas, em especial dos países latino-americanos.

Observamos que estudos interculturais e transculturais são exíguos, mas existem. De modo semelhante, registros de análises com perspectivas teóricas interseccionais. A despeito do México ser um país com a marca étnica indígena tão forte, notamos que análises sobre mulheres indígenas são escassas.

Fica evidente a necessidade de novas pesquisas que selecionem outros recortes temporais e/ou temáticos, assim como investigações que contemplem outros países das Américas, de preferência explorando perspectivas comparadas, conectadas ou transnacionais, a fim de que a escrita da História das Mulheres, com suas lutas, desafios, conquistas, avanços e reveses se conectem a partir da análise da escrita da História.

Referências

AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana* (Trad. Celso Mauro Paciornik). São Paulo: EDUSP, 2000. (Ensaio Latino-americanos)

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, 2006.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. (Trad. Sergio Milliet.) 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009 [1949].

BUTLER, Judith. *Gender Trouble, Feminism and the subversion of identity*. Nova York: Roulledge, Chapman & Hall, Inc., 1990.

CANO, Gabriela. Gertrude Duby y la historia de las mujeres zapatistas de la Revolución Mexicana. *El Colegio de México: Estudios Sociológicos*, vol. XXVIII, n. 83, pp. 579-597, mayo-agosto, 2010.

CANO, Gabriela. Inocultables realidades del deseo. Amelio Robles, masculinidad (transgénero) en la Revolución mexicana. In: Gabriela Cano, Mary Kay Vaughan y Jocelyn Olcott (comps.). *Género, poder y política en el México posrevolucionario*, México: Fondo de Cultura Económica/Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, 2009. p. 61-90.

CANO, Gabriela. Ciudadanía y sufragio femenino: el discurso igualitario de Lázaro Cárdenas. In: LAMAS, Marta (coord.). *Miradas Femenistas sobre las mexicanas del siglo XX*. México: FCE, Conaculta, 2007. p. 217-230.

CANO, Gabriela. Amélio Robles, andar de soldado velho: fotografia e masculinidade na Revolução Mexicana. *Cadernos Pagu*, n. 22, 2004.

CANO, Gabriela. Entendernos. *Debate Feminista*, 28: *Heridas, muertes y duelos*, p. 343-346, octubre, 2003.

CANO, Gabriela. Adelina Zendejas: arquitecta de su memoria. *Debate Feminista*, v. 8, pp. 387-400, septiembre 1993.

CANO, Gabriela. "Las feministas en campaña, la primera mitad del siglo XX", *Debate Feminista*, México, año 2, v. 4, 1991.

CANO Gabriela; RADKAU, Verena. Ganando espacios. Historias de vida: Guadalupe Zúñiga, Alura Flores y Josefina Vicens (1920-1940). Cidade do México: UAM – Colección Correspondencias, 1989.

CANO, Gabriela. *El movimiento magisterial de 1919: De mayo rojo a la concepción apostólica del magisterio*. Universidad Nacional Autónoma de México/Facultad de Filosofía y Letras: Tesis de Licenciatura, 1984.

DAVIS, Natalie Zemon; FARGE, Arlette (coord.). Introducción. In: DAVIS, Natalie Zemon; FARGE, Arlette (coord.). *Historia de las mujeres en Occidente. Del Renacimiento a la edad moderna*, Madrid, Taurus, 1992. p. 3-17. v. 3.

JAIVEN, Ana Lau & BRAVO, Roxana Rodríguez. El sufragio femenino y la Constitución de 1917. Una revisión. *Política y Cultura*, nº 48, outono de 2017, p. 57-81.

JAIVEN, Ana Lau. Género y participación en la Revolución mexicana. *Memoria de las Revoluciones en México*, 20/10. México, n. 10, p. 178-191, invierno 2010.

JAIVEN, Ana Lau. De cómo las mujeres se fueron a la revolución. *Bicentenario. El ayer y hoy de México*. Ciudad de México, Instituto Mora, v. 3, n. 1, Junio de 2008.

JAIVEN, Ana Lau. Entre ambas fronteras: la búsqueda de la igualdad de derechos para las mujeres. *Política y Cultura*, primavera, n. 31, p. 235-255, 2009.

JAIVEN, Ana Lau. La historia de las mujeres: una historia social o una historia de género. In: WOBESER, Gisela von (coord.). *Cincuenta años de investigación histórica en México*. México: Universidad Nacional Autónoma de México; Instituto de Investigaciones Históricas; Universidad de Guanajuato, 1998.

JAIVEN, Ana Lau. Las mujeres en la revolución mexicana. Un punto de vista historiográfico. *Secuencia*, n. 33, p. 85-102, septiembre-diciembre, 1995.

JAIVEN, Ana Lau. 1909, La Huelga de las Mujeres. *FEM*, Publicación Feminista, México, año 10, núm. 45, abril/mayo de 1986.

JAIVEN, Ana. Una experiencia feminista en Yucatán (1922-1924). *FEM*, Publicación Feminista, México, v. VIII, n. 30, octubre-noviembre de 1983.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. 2. ed; 5. reimp. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

RAMOS ESCANDÓN, Carmen. Veinte años de Presencia: La historiografía sobre la mujer y género de México. In: MELGAR, Lucía (ed.) *Persistencia y cambio: acercamientos a la Historia de las mujeres en México*. México: El Colegio de México, 2008. p. 31-53.

RAMOS ESCANDON, Carmen. Hijas, esposas y madres pero no ciudadanas. In: CICERCHIA, Ricardo (compilador y editor). *Identidades, género y ciudadanía: Procesos históricos y cambio social en contextos multiculturales en América Latina*. Quito: Abya-Yala, 2005. p. 191-210.

RAMOS ESCANDÓN, Carmen. Historiografía, apuntes para una definición en femenino. *Debate Feminista*, n. 20, 1 out. 1999.

RAMOS ESCANDÓN, Carmen. Quinientos años de olvido: historiografía e Historia de la mujer en México. In: GARCÍA JORDAN, Pilar. *Las raíces de la memoria América Latina, ayer y hoy: Quinto Encuentro Debate*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1996. p. 121-150.

RAMOS ESCANDÓN, Carmen. La participación política de la mujer en México: del fusil al voto 1915-1955. *Boletín americanista*, n. 44, p. 155-169, 1994.

RAMOS ESCANDÓN, Carmen (org). *Presencia y transparencia: la mujer en la historia de México*. México: El Colegio de México, 1987.

RAMOS ESCANDÓN. Las mujeres latinoamericanas: generación de datos y metodología para investigaciones futuras. *Secuencia*, n. 6, septiembre-diciembre, 1986.

RAMOS ESCANDÓN, Carmen. Peones, bueyes, sacos de maíz, pero no mujeres. *FEM*. v. III, n. 11, p.16-24, nov.- dez. 1979.

ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. Tese sobre o itinerário da historiografia do século 20: uma visão de longa duração. In: ROJAS, Carlos Aguirre; MALERBA, Jurandir. *Historiografia Contemporânea em Perspectiva Crítica*. Bauru, Edusc, 2007. p. 34 - 44.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan. Introduction: The Concept of Gender. *Learning about Women: Gender, Politics, and Power*, v. 116, n. 4, p. XXI-XXX, Fall, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. (Trad. de Waltensir Dutra) Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

TORRES, Luiz Henrique. O conceito de História e de historiografia. *Biblos*, [S. l.], v. 8, p. 53-59, 2007.

TUÑÓN PABLOS, Julia. Mentira, seducción y travestismo. Las manipulaciones de/en la imagen fílmica. *Secuencias: Revista de historia del cine*, n. 29, p. 110-111, 2009.

TUÑÓN PABLOS, Julia. *Enjaular los cuerpos: normativas decimonónicas y feminidad en México*. El Colegio de Mexico AC, 2008.

TUÑÓN PABLOS, Julia. La transgresión velada. Norma, subversión y representación femenina en el cine clásico mexicano. *Nuestra América*, Estudios Históricos del INAH, n. 1, p. 139-148, 2006.

TUÑÓN PABLOS, Julia. *Mujeres de luz y sombra en el cine mexicano: la construcción de una imagen, 1939-1952*. México: El Colegio de México. Programa Interdisciplinario de Estudios de la Mujer e Instituto Mexicano de Cinematografía, 1998.

TUÑÓN PABLOS, Julia. *Mujeres en México: una historia olvidada*. México, D.F.: Planeta, 1987.

Notas

¹ Um desses casos é Pilar Gonzalbo Aizpuro (1935-), historiadora nascida na Espanha e radicada no México. Dedicou-se à História do Cotidiano (Período Colonial) e, ao estudar “famílias” e “educação”, colocou ênfase nas mulheres.

² A Revista *FEM* foi um importante periódico feminista com publicações trimestrais, que circulou no México entre 1976 e 2004.

³ As autoras dos artigos foram: Carmen Ramos Escandón, Joan W. Scott, Michelle Perrot, Selma Leyesdorff, Sylvie Van De Casteele e Danielle Voleman, Linda Gordon, Joan Kelly Gadol e Linda Nicholson.

⁴ CANO, Gabriela. “¿Por qué importa Judith Butler?”. Disponível no canal de El Colegio de México. Acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=2eE3h-QhOFU>. Acesso em janeiro de 2025.

⁵ Em estados como Yucatán (1923) e Chiapas (1925) as mulheres conquistaram direitos políticos, mas, posteriormente, houve reveses.

Recebido em: 11/03/2025
Aprovado em: 28/07/2025